



"Nicole"

Anushka Virahsawmy



CAPÍTULO 8

Edificação da paz e resolução de conflitos

Artigo 28



Principais pontos

- A força policial ainda é dominada por homens. Embora não tenhamos tido acesso às estatísticas dos efectivos policiais, é evidente que a força policial é de longe um ambiente masculino.
- A introdução das unidades de atendimento a mulher e criança é um indicador da preocupação do sector em integrar as preocupações e perspectivas de género.

Tabela 8.1: Percepção das mulheres e homens do sector de construção da paz e resolução de conflitos

	SGDI	CSC
Pontuação	N/A	61%
Classificação	N/A	3

A tabela 8.1 mostra que no geral o CSC para o sector de paz e resolução de conflitos para Moçambique é

de 61 %. Isto coloca o país em 3 lugar. Os cidadãos reconhecem que alguns progressos foram feitos embora haja ainda muito por se fazer para aumentar a representação e participação das mulheres no sector.

Embora possa ser possível calcular uma pontuação empírica para este sector, os pesquisadores tiveram dificuldades de aceder aos dados que pudessem ser comparáveis para toda a região.

Legislação



O Protocolo apela aos Estados parte para garantir que até 2015, as mulheres tem uma representação e participação igual nas principais posições de tomada de decisão na resolução de conflitos e processo de pacificação de acordo com a Resolução 1325 do Conselho de Segurança das Nações Unidas sobre Mulheres, Paz e Segurança.

A Resolução 1325 das Nações Unidas sobre Mulheres, Paz e Segurança preconiza a participação efectiva das mulheres nos processos de paz, prevenção, resolução e gestão de conflitos.

Moçambique aprovou, através da Lei 17/97, a Política Nacional de Defesa e Segurança, que estabelece um conjunto de princípios, objectivos e directrizes, visando defender a independência nacional, soberania e integridade do país. Embora não faça menção específica a questão do género, um dos princípios da Política Nacional de Defesa e Segurança é de que todo o cidadão é responsável pela defesa da pátria, pela promoção da segurança do Estado e da ordem pública. Neste sentido, as mulheres e os homens são chamados a se envolver nas actividades de defesa e segurança.

A Política Nacional de Género e Estratégia de Implementação (PNGEI) preconiza, no domínio da Defesa

e Segurança, "o acesso e participação da mulher em todos os sectores e níveis da área da defesa e segurança, contribuindo para redução das disparidades de género ainda existentes".

Moçambique defende este princípio de inclusão das mulheres nos processos de edificação da paz e na resolução de conflitos; e elas participam em reuniões, seminários e em capacitações relativas a paz e segurança bem como em missões de observação de processos eleitorais ao nível nacional e internacional.

Os mecanismos através dos quais as mulheres participam nas tarefas de defesa e segurança, bem como resolução de conflitos, são, de entre outros, as associações viradas para o desenvolver a cultura de paz, nomeadamente a Propaz, Justa Paz, Organização de Resolução de Conflitos (OREC), Fórum para a Educação Cívica (FECIV) e o Conselho Cristão de Moçambique (CCM).

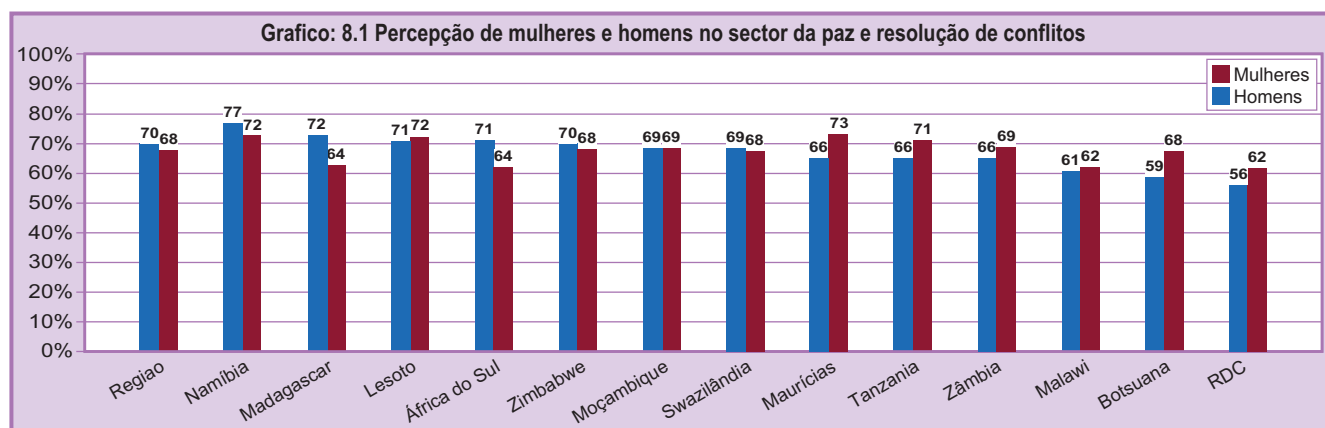
Tabela 8.2: Mulheres na liderança de topo no sector da segurança e resolução de conflitos

	Homens	%	Mulheres	%	Total
Ministro da Defesa	1	100	0	0	1
Vice-Ministro da Defesa	1	100	0	0	1
Secretário Permanente (Defesa)	1	100	0	0	1
Ministro do Interior (polícia)	1	100	0	0	1
Vice-Ministro do Interior (Polícia)	1	100	0	0	1
Secretário Permanente (Polícia)	1	100	0	0	1
Ministro da Justiça (Serviços correcionais)	0	0	1	100	1
Vice-Ministro da Justiça (Serviços correcionais)	1	100	0	0	1
Secretário Permanente da Justiça (Serviços correcionais)	1	100	0	0	1

A tabela acima mostra que as mulheres estão ausentes dos cargos superiores de tomada de decisão sobre as questões de defesa e segurança. Das 9 posições analisadas, apenas uma (11%) é ocupada por uma mulher, a Ministra da Justiça, que superintende os serviços correcionais. Todos os outros sectores do Ministério da Defesa e do Interior, os cargos cimeiros de ministro, vice-ministro e secretários permanentes são ocupados por homens. Isto contradiz com o discurso

político do governo e a política de género e estratégia de implementação.

Não foi possível aceder aos dados sobre a composição das hierarquias militares quer no Ministério do Interior assim como no Ministério da Defesa, mas evidências empíricas mostram-nos que há, de longe, mais homens que mulheres nas hierarquias superiores do ministério da Defesa e do Interior.



Fonte: Gender Links.

Manutenção da Paz

Não há dados desagregados por género sobre a composição das missões de paz. A participação das mulheres na mediação e resolução de conflitos se circunscreve mais no nível comunitário, ou durante os períodos eleitorais onde elas participam como observadoras eleitorais, fiscais de mesas ou até presidentes de mesa. Nesses processo geralmente o potencial de conflito é maior.

Como se notou pelos dados apresentados acima, as mulheres não estão presentes em número razoável na

mesa de negociação dos conflitos. A própria história da edificação da paz em Moçambique, não registou a participação de mulheres, pelo menos não ao nível mais alto das negociações. Todos os negociadores, quer do governo, como do movimento guerrilheiro, eram homens, e ao que se sabe a composição das suas delegações não incluíam mulheres. As mulheres participaram neste processo prestando serviços de apoio.

O discurso político é de inclusão das mulheres na resolução de conflitos e edificação da paz, mas a implementação destes desejos ainda não conheceram resultados satisfatórios.

É verdade que se fala muito da inclusão das mulheres na resolução de conflitos e edificação de paz, mas a realidade no terreno é outra. Moçambique vive neste momento um clima de instabilidade político-militar protagonizado pelo governo e a RENAMO. Até recentemente, o governo e a RENAMO reuniam-se para discutir vários pontos colocados por este último partido.

No entanto, nem do lado do governo nem da RENAMO havia sequer uma mulher. Mesmo os mediadores do conflito são todos homens.

Isto demonstra que de algum modo o país e as lideranças políticas precisam de fazer muito para que se passe do discurso de inclusão para a prática.